A fé na Justiça Eleitoral

Marcos da Costa (*)

É curta e estreita distância que nos separa das eleições deste ano – uma das mais acirradas de todos os tempos

É necessário que todos os mecanismos oficiais estejam vigilantes para evitar que se repitam vícios e malfeitos do passado, que transformaram a política numa das instituições mais desacreditadas do país. E um dos instrumentos mais valiosos para garantir a lisura do pleito desde já é, sem dúvida, a Justiça Eleitoral, com atuação em três esferas: jurisdicional, em que se destaca a competência para julgar questões eleitorais; administrativa, na qual é responsável pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; e regulamentar, em que elabora normas referentes ao processo eleitoral.

Aí se destaca o papel do magistrado que, entre outras tarefas, analisa crimes eleitorais, decide habeas corpus e mandado de segurança em matéria eleitoral, dirige os processos eleitorais, detém o poder de cassar registro dos candidatos, além de manter o poder de polícia para tomar medidas urgentes em relação à propaganda que viole as leis eleitorais.

Este ano, com regras mais rígidas e verbas mais escassas para as campanhas, o controle terá de ser ainda mais rigoroso. A sociedade brasileira está cansada das velhas práticas e dos embustes cometidos antes, durante e depois das eleições.

Além do mais, o discurso do ódio permeia este período pré-eleitoral e tende a piorar, à medida que o funil do segundo turno for se aproximando. O clima social no país já vem conturbado não é de hoje. Os oportunistas de toda ordem se aproveitam mais uma vez dessa turbulência para burlar as leis e iludir eleitores mal informados, não para representá-los, mas para se beneficiar do dinheiro público.

A torneira da corrupção e dos maus costumes precisa ser fechada para sempre em favor do saneamento ético e moral da política. A Justiça Eleitoral, respeitada, consolidada e posicionada na liderança do Judiciário, é o instrumento que a sociedade dispõe para coibir a impunidade, para fazer valer a letra da lei, para que a decência se instale no processo eleitoral, para eliminar os desvios que infestam o tecido político, principalmente em época de eleições.

O país cansou. Por isso, não podemos permitir que corruptos se aproveitem da lentidão da Justiça. O Brasil tem sido há tempos um caso de notório subdesenvolvimento partidário. As principais características dos partidos políticos brasileiros são sua fragilidade, seu caráter efêmero, suas fracas raízes na sociedade e a autonomia de que desfrutam os políticos com relação aos seus partidos.

Por essa razão, defendemos a posição de que os partidos políticos precisam resgatar seus ideários, suas doutrinas, suas matrizes conceituais, para poderem voltar a motivar os contingentes eleitorais. Não podem ser abrigo de delinquentes. Temos de disciplinar o modus faciendi das campanhas eleitorais, que se transformam em projetos de alta rentabilidade no balcão da política. Não podemos fechar os olhos para as campanhas suntuosas e opulentas que transformam a essência do discurso político em objetos mercadológicos, privilegiando a forma e não o conteúdo.

Não podemos deixar que a política se transforme em empreendimento comercial, voltado para a compra de siglas que se vendem, de dirigentes e políticos que transitam de um lado para outro, exibindo seus lotes de votos nas banquetas do fisiologismo. Não vamos compactuar com as mesquinharias, as perversões, as maquinações, as emboscadas, as artimanhas e a pouca vergonha que maculam os atores políticos e as instituições, causando perplexidade à sociedade.

Praticamente todos os dias assistimos ao deprimente espetáculo de denúncias e envolvimentos dos mais variados tipos, que não apenas denigrem o conceito já muito deteriorado da política e contribuem para distanciar os cidadãos do sistema político, em função da descrença que se alastra por todas as esferas da sociedade. Cada vez mais atenta às curvas e desvios que se formam na arena dos pleitos, a Justiça Eleitoral se consolida para ser protagonista da melhoria dos padrões políticos e do amadurecimento dos processos eleitorais, dobrando sua vigilância para impedir todos os malfeitos ainda no nascedouro.

Nossa crença é a de que partidos, representantes e movimentos sociais de todos os espaços e segmentos, nos quais a OAB exerce historicamente missão e liderança, estarão unidos para mobilizar a sociedade contra a corrupção, contra as ilicitudes, contra as forças invisíveis que tentam solapar as bases de nossa democracia.

(*) - É presidente da OAB/SP.

Senado fará sessão temática para discutir a paz no processo eleitoral

Episódios de violência como o ataque à caravana do ex-presidente Lula, no Paraná, e as ameaças à família do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, ocorridos em março, foram os motivos para que senadores decidissem promover hoje (9), uma sessão temática no Plenário do Senado para debater "a paz no processo eleitoral"

A iniciativa foi do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), apoiada pelos senadores Dário Berger (PMDB-SC), Eduardo Amorim (PSDB-SE), João Capiberibe (PSB-AP), Elmano Férrer (Pode-PI) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Cristovam lembrou já ter sido vítima de ataques constrangedores ao longo da vida pública, como os dois tiros que alvejaram seu escritório de governador do Distrito Federal, em 1996, e disse que outros senadores também já foram vítimas desse tipo de ação.

"Quando o processo eleitoral cai na violência, a democracia desaparece implicitamente; ou melhor, a democracia fica apenas aparente. Ela deixa de ser realidade. Eu temo que essas violências levem o Brasil a um momento perigoso no processo eleitoral e para o futuro do país", alerta ao justificar o pedido de sessão temática. "Não podemos deixar que isso saia do controle e que o processo democrático da eleição de outubro seja um processo de armas e não um processo de urna", disse ainda.

Marcos Oliveira/Ag.Senado

Senador Cristovam Buarque, que solicitou o debate, ao lado do senador Dário Berger em sessão do Senado presidida por Eunício Oliveira.

Para Cristovam, o Senado precisa debater esse assunto e definir uma trégua no processo eleitoral brasileiro, inclusive para diminuir as notícias falsas e os boatos que, acredita, vão tomar conta da campanha eleitoral.

"As fake news provavelmente farão com que os candidatos, ao invés de apresentarem os seus programas, tenham que desmentir o que sai contra eles durante a campanha", afirmou. O senador Dário Berger reforçou a necessidade de o Senado fazer uma "discussão mais ampla, mais conceitual, mais abrangente" das relações que norteiam a política.

"Essas questões são recorrentes e se agravaram ao longo do tempo. Isso é o mais grave. Ao invés de nós melhorarmos a nossa relação, nós estamos num conflito existencial e, sinceramente, não sei aonde nós vamos chegar". A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordou que esse é o momento de autocrítica e de se trilhar um novo caminho na convivência política. Em sua avaliação, a sessão temática é uma forma de os 81 senadores se manifestarem de forma contrária à violência (Ag.Senado).

Conselhos poderão registrar tecnólogos em administração

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem (8), em caráter conclusivo, o projeto do ex-senador Sérgio Zambiasi, que permite aos conselhos regionais de administração (CRAs) reconhecer e fazer o registro do ofício de tecnólogo em administração.

O texto foi aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e seguirá para nova análise do Senado, a não ser que seja apresentado um recurso para que a matéria passe antes pelo Plenário da Câmara. O relator na CCJ, deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), defendeu a aprovação do substitutivo. O conselho federal da categoria já aprovou o registro da atividade de tecnólogo por meio de resolução normativa.

As entidades locais, entretanto, ainda não realizam a formalização por falta de autorização legal. A proposta inclui os tecnólogos em administração na lei que dispõe sobre a profissão de administrador. Assim, os conselhos terão autorização legal para fazer o registro da categoria. A profissão de tecnólogo exige curso superior, com duração entre dois e três anos e obrigatoriedade de estágio supervisionado e/ou um Trabalho de Conclusão de Curso (Ag.Câmara).

Siquem SPE Empreendimentos Imobiliários S/A

CNPJ/MF nº 14.119.406/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo circulante		**199**	**73**
Caixa e equivalentes de caixa	6	129	4
Adiantamento a fornecedores		70	69
Ativo não circulante		**53.831**	**53.686**
Terrenos	7	53.831	53.643
Depósitos Judiciais		–	43
Total do ativo		**54.030**	**53.759**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2017**	**2016**
Passivo circulante		**1.133**	**835**
Fornecedores		20	18
Serviços de terceiros a pagar		2	2
Partes relacionadas		1.111	815
Patrimônio líquido		**52.897**	**52.924**
Capital social	8	53.500	53.500
Prejuízo Acumulado		(603)	(576)
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.030**	**53.759**

Demonstrações de Resultados

	Notas	2017	2016
Despesas administrativas e comerciais	9	(28)	(67)
Despesas Tributárias		–	(3)
Lucro/Prejuízo antes das receitas/despesas financeiras		**(28)**	**(70)**
Despesas financeiras	10	(2)	(3)
Receitas financeiras		4	–
Prezuízo antes do IRPJ e Contribuição Social		**(26)**	**(73)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1)	–
Prejuízo do Exercício		**(27)**	**(73)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**53.500**	**(503)**	**52.997**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	–	(73)	(73)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**53.500**	**(576)**	**52.924**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	–	(27)	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**53.500**	**(603)**	**52.897**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais	**2017**	**2016**
Resultado antes das provisões tributárias	(26)	(73)
Variações nos ativos/passivos circulantes e não circulantes	**(144)**	**(355)**
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos		
Adiantamento de fornecedores	(1)	–
Terrenos	(188)	(311)
Depósitos Judiciais	43	(43)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	2	–
Obrigações sociais e tributárias	–	(2)
Outras contas a pagar	–	1
Caixa proveniente das/ (aplicado nas) operações	**(170)**	**(428)**
Imposto de renda e contribuição pagos	(1)	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(171)**	**(428)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	296	424
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamento	**296**	**424**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**125**	**(4)**
Caixa e equivalentes de caixa (inclusive títulos e valores mobiliários)		
No início do exercício	4	8
No final do exercício	129	4
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**125**	**(4)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais – A Siquem SPE Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27/07/2011, com o objetivo de promover a incorporação de um empreendimento imobiliário no imóvel a ser formado pela unificação de vários terrenos situados no Bairro Campo Belo, Cidade de São Paulo (Nota Explicativa nº 7). O empreendimento será realizado na Rua Gabrielle D'Annunzio com a Rua Princesa Izabel e já possui a vinculação do CEPAC, não tendo ainda data determinada para lançamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Declaração de conformidade e base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis em 31/12/2017 foram aprovadas pela a Administração da Companhia em 29/03/2018. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa da Companhia. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos no reconhecimento inicial. Empréstimos e recebíveis são os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, os quais estão incluídos no ativo circulante por possuírem prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço (se superior, estariam classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos mensurados ao custo amortizado são avaliados anualmente de forma objetiva e reconhecida como *impairment* no resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Imóveis a comercializar:** Representados pelos terrenos para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, avaliados pelo custo de aquisição, adicionados dos custos incorridos com o desenvolvimento dos projetos, aprovações junto aos órgãos da Administração pública e dos encargos financeiros incorridos e diretamente relacionados com sua aquisição. O saldo em 31/12/2017 não excede o valor líquido de realização. **2.5 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Não existem processos administrativos ou judiciais a favor ou contra a Companhia que requeira divulgação ou a constituição de provisões para contingências. **2.6. Capital social:** Está representado exclusivamente por ações ordinárias nominativas, classificadas no patrimônio líquido. **2.7. Apresentação dos resultados abrangentes:** As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital com os associados. No decorrer dos exercícios apresentados, não ocorreram tais mutações e, dessa forma, a Companhia optou por apresentar apenas as demonstrações dos resultados. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos –** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que poderão apresentar um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis referem-se ao valor de recuperação (*impairment*) dos imóveis a comercializar (Nota Explicativa nº 7). A determinação do valor recuperável efetuada pela Administração leva em consideração as perspectivas do negócio, partindo de premissas como taxa de desconto a valor presente e período de tempo ainda necessário para o lançamento do empreendimento e a respectiva comercialização dos imóveis. **4. Gestão de risco financeiro** – A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A previsão de fluxo de caixa é monitorada pela Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, por meio das previsões contínuas das exigências de liquidez e da gestão da sua estrutura de capital, de forma a manter uma estrutura ideal para reduzir eventual impacto de risco de liquidez. **5. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** – As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e continuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2018.
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2018.
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 01/01/2019.

O CPC 47 e 48 são aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2018, a todas as empresas que não optaram pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1). Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. Atualmente, a Administração da Companhia está aguardando a atualização das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) para avaliar os efeitos em suas demonstrações financeiras.

6. Caixa e equivalentes de caixa	**2017**	**2016**
Bancos conta-movimento	129	4
	129	**4**

7. Imóveis a comercializar	**2017**	**2016**
Gabrielle D'Annunzio, 274	32.327	32.327
Princesa Isabel, 680	699	699
Princesa Isabel, 682	638	638
Princesa Isabel, 690	1.666	1.666
	2017	**2016**
Terrenos	35.330	35.330
Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)	15.017	15.017
Outros gastos	3.484	3.296
	53.831	**53.643**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia promoverá a incorporação de um empreendimento imobiliário em imóvel a ser formado pela unificação de vários terrenos situados no Bairro Campo Belo, na Cidade de São Paulo e já possui a vinculação do CEPAC, não tendo ainda efetuado o seu registro e determinado a data de lançamento. **8. Patrimônio líquido** – **(a) Capital social:** O capital social está representado por 53.500.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente integralizadas em 31/12/2017 (R$ 53.500.000 em 31/12/2016). Em 26/05/2017, a Ashfare Participações S/A transfere a totalidade de suas ações ordinárias na seguinte forma: 5.350.000 ações para BLMH Empreendimentos Imobiliários Ltda, 535.000 ações para DZIK Serviços Administrativos Ltda, 3.210.000 ações para Gambier Gestão de Bens e Participações Ltda, 2.140.000 ações para Mogno Consultoria e Participações Ltda, 2.675.000 ações para MPR Serviços de Engenharia Civil S/S e 2.140.000 ações para SIQ Participações Ltda. No exercício de 2014 as Sócias integralizaram o montante de R$ 1.080 na rubrica de Capital social a integralizar. O saldo a integralizar na data de 31/12/2014 era de R$ 576. Em 12/11/2013 as Sócias aprovaram aumento de capital da Companhia de R$ 47.300.000 para R$ 53.500.000, representando um aumento de R$ 6.200.000, mediante a emissão de 6.200.00 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada. Em 30/04/2013 as Sócias aprovaram aumento de capital da Companhia de R$ 42.300.000 para R$ 47.300.000, representando um aumento de R$ 5.000.000, mediante a emissão de 5.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada. Em 01/03/2012 as Sócias aprovaram transformar a sociedade limitada em sociedade por ações, continuando com a mesma participação societária. No mesmo ato as acionistas resolvem aumentar o capital social de R$ 1 para R$ 42.300, mediante a emissão de 42.299.000 novas ações, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, sendo R$ 5.758 em dinheiro e R$ 36.541 correspondentes a parcela do custo dos terrenos e ao CEPAC onde será desenvolvido o empreendimento (Nota Explicativa nº 7). A composição do capital social pode ser assim demonstrada (em milhares de Reais):

	%	2017
BLMH Empreendimentos Imobiliários Ltda.	10	5.350
DZIK Serviços Administrativos Ltda.	1	535
Gambier Gestão de Bens e Participações Ltda.	6	3.210
Lupi Investimentos e Incorporações Ltda.	10	5.350
Maragogipe Investimentos e Participações Ltda.	30	16.050
Mogno Consultoria e Participações Ltda.	4	2.140
MPR Serviços de Engenharia Civil S/S	5	2.675
SDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	30	16.050
SIQ Participações Ltda.	4	2.140
	100	**53.500**

9. Despesas administrativas	**2017**	**2016**
Serviços prestados – Pessoa Jurídica	(25)	(40)
Anúncios e publicações	–	(25)
Outras despesas	(3)	(2)
	(28)	**(67)**

10. Despesas financeiras	**2017**	**2016**
Despesas bancárias	(1)	(1)
Juros passivos	–	(1)
Multas	(1)	(1)
	(2)	**(3)**

A Diretoria

José Carlos Moraes Pinto – Contador CRC 1SP 061.813/O-2

3HP AUTOMAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 08.367.320/0001-96

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016 (Valores Expressos em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2.016
Circulante	**23.170.553,24**
Caixa e Bancos	23.021,24
Estoques Imoveis a Comercializar	23.147.532,00
TOTAL DO ATIVO	**23.170.553,24**

PASSIVO	2.016
Circulante	**6.568,13**
Impostos e Contribuições a Recolher	923,88
Provisão Impostos a Pagar	5.644,25
Não Circulante	**20.086.114,44**
Créditos de Socios	8.973.114,44
Empréstimos a Longo Prazo	11.113.000,00
Patrimônio Liquido	**3.077.870,67**
Capital Social Realizado	1.510.000,00
Resultados Acumulados	1.320.841,88
Resultado do Exercicio	247.028,79
TOTAL DO PASSIVO	**23.170.553,24**

Demonstrativo do Resultado do Exercício	2.016
Receita Bruta Operacional	**279.316,48**
Deduções sobre Receitas	-10.195,06
Receita Liquida Operacional	269.121,42
Despesas/Receitas Operacionais	
Despesas Financeiras	-641,05
Resultado Operacional	268.480,37
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	268.480,37
Provisão da Contribuicao Social	-8.044,36
Provisão para Imposto de Renda	-13.407,22
LUCRO LIQUIDO	**247.028,79**

Notas Explicativas

1) As operações da empresa concentram-se na administração e aquisição de imóveis próprios, para renda; 2) As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, com observancia à Lei 6404/76 e posteriores; 3) A empresa é optante pelo Lucro Presumido, reconhecendo suas Receitas pelo regime de caixa; 4) O capital é representado por 1.510.000 ações ON, sem valor nominal.

Victor Nacim Abbud - Diretor Presidente
Camila Mussolini Cardoso - CRC 1SP 222066/O-8

3HP AUTOMAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 08.367.320/0001-96

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 (Valores Expressos em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL : ATIVO	2.017
Circulante	**23.182.742,88**
Caixa e Bancos	9.899,14
Clientes	25.311,74
Estoques Imóveis a Comercializar	23.147.532,00
TOTAL DO ATIVO	**23.182.742,88**

PASSIVO	2.017
Circulante	**6.755,70**
Impostos e Contribuições a Recolher	923,88
Provisão Impostos a Pagar	5.831,82
Não Circulante	**21.574.825,07**
Créditos de Sócios	10.461.825,07
Emprestimos a Longo Prazo	11.113.000,00
Patrimônio Líquido	**1.601.162,11**
Capital Social Realizado	1.510.000,00
Reserva Legal	91.162,11
TOTAL DO PASSIVO	**23.182.742,88**

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.017
Receita Bruta Operacional	**303.740,88**
Deduções sobre Receitas	-11.086,56
Receita Líquida Operacional	292.654,32
Despesas/Receitas Operacionais	
Despesas Tributárias	17.357,30
Receitas Financeiras	3.838,82
Despesas Financeiras	-436,97
Resultado Operacional	278.698,87
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	278.698,87
Provisão da Contribuição Social	-8.747,76
Provisão para Imposto de Renda	-14.579,52
LUCRO LIQUIDO	**255.371,59**

Notas Explicativas: 1) As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, com observancia à Lei 6404/76 e posteriores; 2) A empresa é optante pelo Lucro Presumido, reconhecendo suas Receitas pelo regime de caixa; 3) O capital é representado por 1.510.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 4) Lucros acumulados e Lucros do Exercício transferidos para Reservas (Reserva Legal) e Dividendos a Distribuir (crédito de sócios).

Victor Nacim Abbud - Diretor Presidente
Camila Mussolini Cardoso - CRC 1SP 222066/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5084-E736-4E57-0EFE